



Editorial

Conflitos de interesses

A questão do conflito de interesses por parte de quem desempenha cargos públicos é hoje focada no DN em dois momentos. Por um lado, a notícia de que o Tribunal de Contas está a apertar as regras de controlo em vários organismos do Estado para detetar casos de incompatibilidades. Por outro, em entrevista, João Cravinho, ex-ministro das Obras Públicas no Governo de António Guterres e que, enquanto deputado do PS, criou um plano anticorrupção, enumera casos e problemas concretos, que há muito vem denunciando.

É verdade que o conflito de interesses não encerra, em si mesmo, um crime. Mas, como o Tribunal de Contas alerta, pode levar a crimes como a corrupção, o tráfico de influências, o favorecimento ou até a participação económica em negócios. Mas, mesmo que tal não aconteça, não deixa de levantar várias questões éticas. E, para quem desempenha cargos públicos, o parecer é quase tão importante como o ser.

A verdade é que a transparência é fundamental para a confiança dos cidadãos em quem os representa ou governa. Quem desempenha funções do Estado tem responsabilidades acrescidas e não deve levantar quaisquer dúvidas sobre ligações a outros interesses que não aqueles para os quais foi nomeado ou eleito.

Os conflitos de interesses e os planos anticorrupção devem ser uma prioridade para as entidades públicas. E não bastam os alertas de Cravinho nem a monitorização apertada do organismo presidido por Oliveira Martins. Há dois anos que a Comissão de Ética na Assembleia da República, que analisa os registos de interesses de deputados e membros do Governo, não publica a sua avaliação. Algo que não é aceitável. Para salvaguarda da integridade dos próprios. Para a confiança dos portugueses. E para o bom funcionamento da democracia.

Os vistos dourados

As Autorizações de Residência para o Investimento, mais conhecidas como vistos dourados, são uma boa medida para atração de capital estrangeiro ao nosso país. Tal como é o regime fiscal diferenciado na Madeira. Ou como são outras medidas que possam ser implementadas para captar investimento para o nosso país. O que é necessário, como em tudo, é um controlo rigoroso.

A detenção de um cidadão chinês procurado pela Interpol, que vivia em Portugal com um destes vistos especiais (que obriga a compra de um imóvel de valor igual ou superior a meio milhão de euros ou a um investimento que crie dez postos de trabalho), não deve ser diabolizada. O Governo e o SEF já garantiram que todos os procedimentos foram cumpridos e que se trata de um caso raro (em outras duas ocasiões, foram travadas as entradas de dois suspeitos que tinham problemas com a justiça).

Se essa garantia estiver alicerçada em processos rigorosos de seleção, cruzando dados com as respetivas representações diplomáticas, nada poderá ser apontado a Portugal. A ideia é boa e não deve ser usado na batalha política habitual.